

Da cor de ébano: experiências em educação étnico racial na arte-educação

Kelly Cristine Cordeiro¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte/ SEEC-RN
kellycristine@ufrn.edu.br

RESUMO

Saber, poder e identidade. É disso que se ocupa a educação: da institucionalização de saberes e sua instrumentalização em função de projetos sociais específicos, tangenciados por discursos identitários, cujo poder se espalha sobre a malha social e influencia na forma como encaramos o mundo, os outros e a nós mesmos/as. É nessa perspectiva que a arte educação se coloca como um instrumento difusor de práticas e discursos educacionais abertos à multiplicidade de culturas e modos de vida. É da tentativa de promover uma prática pedagógica aberta ao multiculturalismo e à diversidade, através do ensino de arte que trata o presente texto, refletindo como minha prática educativa a partir do ensino de arte poderia ser um importante instrumento para promoção de uma educação inclusiva capaz de subverter a ordem cultural em cujos modelos, meus estudantes negros não conseguiam se ver e se identificar, pelo peso de uma estética social que lhes coloca “fora do padrão”. O entrelaçamento dessa compreensão do ensino de arte como uma educação do olhar e estímulo à cultura visual levou ao desenvolvimento do projeto “da cor de Ébano” que culminou numa exposição fotográfica resultante de um trabalho amplo de arte-educação voltada para as relações étnico-raciais.

Palavras-chave: arte educação, educação étnico-racial, identidade, multiculturalismo, cultura.

Começamos nossa reflexão, pensando os sentidos que o ato de educar e de educado/a ser, têm na vida das pessoas. Parece lugar comum o entendimento de que a educação é um sistema complexo que se capilariza na malha social e nas relações sociais, formatando nossas formas de ver e de estar no mundo. Ela não é apenas um espaço, mas um mecanismo de construção de identidades. E em torno destas, se estruturam inúmeras práticas discursivas, cujos enunciados nos atravessam como sujeitos.

Sobre isso, podemos lançar mão de uma perspectiva de análise inspirada no trabalho de Michel Foucault, que nos possibilita questionar quais enunciados tendem a ser colocados com menor importância. Quais são destinados a serem fincados na memória coletiva e assimilados individualmente? “Que tipo de relações são estabelecidas entre os sistemas dos enunciados presentes e o corpus dos enunciados passados?” (FOUCAULT, 2010, p. 10)

Quem sou eu? Quem é o outro? Esse é o princípio discursivo oculto em nossas práticas culturais e nos discursos educativos como elemento dessas práticas. Tais questões

¹ Aluna do programa de pós-graduação em Artes Visuais da UFRN

nos levam a admitir que os lugares de sujeito que ocupamos e a forma como subjetivamos nossa importância dentro dos contextos sociais são construídas por elementos culturais diversos.

Pensando nesses elementos é que associamos o desenvolvimento do projeto de ensino – que acabou virando um projeto cultural – “da cor de ébano” à forma como são instrumentalizados os mecanismos discursivos com intuito de adjetivar os sujeitos. E aqui tratamos especificamente do agenciamento de lugares identitários associados à negritude e às questões étnico-raciais: questões identitárias inscrita para além dos elementos fisiológicos que marcam o tom da pele das pessoas, está no reconhecimento da africanidade como um elemento plural que fundamenta as práticas culturais afrodescendentes tão marcantes na formação do povo brasileiro.

É em função dessas afirmativas mais gerais, que o presente texto busca uma reflexão acerca de questões que tocam a construção das identidades étnicas, sobretudo a que diz respeito ao reconhecimento e valorização da negritude. Em função disso, nos cabe refletir qual o lugar da questão racial na escola? Como nossas práticas educativas mobilizam os discursos identitários para lidar com esse debate? Quais as representações construídas em função da identidade negra explicitados pelos saberes e práticas educativas?

Partindo do debate étnico-racial no âmbito da escola, utilizamos o ensino de artes como instrumento que possibilitasse refletir sobre os enunciados e os elementos discursivos que são acionados em torno da memória histórica e das representações sobre a população negra no Brasil, de maneira a ponderar sobre a forma como a educação escolar agencia modelos e práticas culturais que ainda não conseguiram romper com o racismo estrutural e os inúmeros preconceitos que este alimenta e dissemina. Os quais afetam diretamente princípios educacionais que por sua vez tendem a zelar pela manutenção de um modelo de sujeito-e-sociedade homogeneizados, a saber: branco-masculino-heterossexual-cristão-classe média urbana.

Esse modelo vai sendo estabelecido e reforçado no âmbito da sociedade a partir de inúmeras narrativas identitárias e seus enunciados, os quais mais do que nomear fecundam realidades sociais, por isso o ato de nomear é sempre um ato político, do campo da política das identidades e das políticas das relações culturais. Daí nossa preocupação em alinhar nosso trabalho docente em Arte-educação com o que regem as Leis 10.639/03 e 11.645/08 que determinam a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, visando

contribuir com o estabelecimento de princípios e práticas educacionais cidadãs, fundamentadas em princípios sociais multiculturais e verdadeiramente democráticos. Especialmente no momento que vive nosso país, no qual há um forte apelo à verdade única, a modelos únicos de sujeito, família, cidadão. O que, ao seu turno além de representar imenso retrocesso nos poucos avanços no tocante à promoção de uma educação e de uma sociedade multiculturais, tendem a alimentar discursos e práticas eivadas de preconceito fomentadores de exclusão social.

Dessa forma, fundamentados nos princípios de uma educação para as relações étnico-raciais e o enfrentamento ao racismo estrutural no âmbito da escola e alinhados com as referidas leis, concebemos e desenvolvemos ações que deram forma ao projeto cultural “Da cor de Ébano: arte, estética e valorização da beleza afro-brasileira” desenvolvido no Centro Estadual de Ensino Profissional – CEEP Hélio Xavier de Vasconcelos em Extremoz/ RN.

O nome do projeto é inspirado no Ébano, madeira nobre, resistente e se bem lustrada há de reluzir diante dos olhos dos/as expectadores/as. Aqui, ébano é um povo, uma história de resistência. Sua cor é a cor da bravura e da força semeadas por todos os cantos do nosso país, florescendo como vida que pulsa e frutificando em belezas plurais que marcam a formação do povo brasileiro.

Um projeto estruturado em função da problematização das políticas identitárias que busca chamar atenção para as identidades que forjam a ideia de negritude, de modo afirmativo e positivo. Seguindo fios de outras análises acerca da estética negra construída e ressignificada historicamente tentamos através de nosso trabalho na escola partir

Da beleza castigada pela escravidão, passando pelo alinhamento moral oferecido pelo século XX, até chegar à pluralidade que o momento atual a concede (...) a emergência de pistas que reflitam um conceito estético atribuído ao corpo negro, bem como o modo como essas pistas vão assumindo novas verdades na dispersão do tempo histórico. O objetivo é atribuir um olhar retroativo aos enunciados atualmente produzidos, analisando-o na espessura histórica que o constitui (BRAGA, 2015. p.23)

A necessidade aqui posta do reconhecimento da multiplicidade identitária e de sua valorização existe em função da urgência em superar todos os enunciados pejorativos que orbitam em torno do corpo negro e dos elementos que os constitui. É a superação da sua condição de abjeto e indesejado. Então, quando falamos na afirmação da negritude, o fazemos em função da desconstrução de inúmeras narrativas históricas que adjetivam de forma

negativa o povo negro no contexto de nossa sociedade. Associando-os, dentre outras coisas, ao caráter quase que exclusivo da identidade escrava, de sujeitos secundários, desconsiderando que sem sua presença, sem sua força, sem sua alegria, sem seu trabalho, nosso país não existiria, nosso povo não existiria, pois sua participação na construção do nosso país é fundamental.

Nesse cenário, inteligência, beleza, sensibilidade, bondade, honestidade, etc, não são elementos marcantes na identidade negra. O outro lado dessa moeda é a tendência a associá-la com a malandragem, a feiura – que é a distorção estética de seus traços de beleza não acolhidos pelos padrões sociais dominantes; a baixa escolaridade, à pouca inteligência e assim por diante.

Esses apontamentos primários sobre alguns enunciados que se seguem à negritude, no sentido de engatava-la são fortemente atrelados a aspectos estéticos inscritos na própria corporeidade dos sujeitos. Boca, nariz, cabelo, perna, peito, bunda, são elementos recorrentes quando se trata de pensar a história da beleza negra no Brasil e os discursos em torno dos quais e em função dos quais se dá uma arquitetura dos corpos eivados de elementos culturais significados e ressignificados dentro dos processos históricos. A mídia, a publicidade e a educação figuram como elementos privilegiados para o estabelecimento, a legitimação, manutenção e reinvenção dos enunciados e das verdades que carregam consigo (BRAGA, 2015).

Enunciados que dão conta de um padrão de beleza no qual o corpo negro precisa sofrer intervenções para disfarçar nariz, diminuir bochechas, retocar aspectos naturais através de truques de maquiagem, por exemplo, de forma que o corpo, notadamente o das mulheres, se enquadre ao padrão de uma estética que nega os aspectos de negritude nele inscritos (BRAGA, 2015. p.365). Esses discursos de negação tem como consequência, dentre outras coisas, o fato de uma parcela muito grande da população negra no Brasil ter grande dificuldade em se reconhecer neste lugar, justamente por não conseguir valorizar os traços culturais e estéticos que tocam essa identidade.

O processo de agenciamento dessas políticas identitárias abriga a concorrência de inúmeros traços de identidades, em função das quais os grupos sociais alijados dos modelos centrais, como a população negra, tendem a se organizar na busca pelo estabelecimento de políticas afirmativas que levem à superação da marginalização identitária. E aqui não tratamos apenas de uma questão subjetiva ou simbólica, mas também da exclusão social e do lugar de

opressão dentro do contexto da luta de classes que reflete objetivamente nas condições de vida das pessoas. É esta a marca visceral das questões em torno do debate étnico-racial na sociedade brasileira, fortemente atravessada por discursos e práticas racistas, muitas vezes não assumidas e que se ocultam por trás do discurso falacioso da democracia racial.

Inúmeras questões nortearam nossa reflexão e impulsionaram o debate em torno das questões discursivas que levam a refletir sobre quem é o sujeito negro na escola? O que significa ser negra/o? Quais os signos estéticos que tocam e atravessam esse lugar de sujeito? Quais os tons, as cores e os sentidos estéticos que marcam essa identidade e que são propagados na escola e refletem nas aulas de Artes?

Esses elementos nortearam nossas reflexões e ações didático pedagógicas no âmbito do CEEP Hélio Xavier de Vasconcelos, onde temos compartilhado ações e inquietudes acerca do enfrentamento ao racismo na escola e como isso pode estar relacionado a implementação da Lei. 10639/03 que deveria tornar o ensino de história e cultura afro-brasileira obrigatório na educação básica. Neste caso específico nos voltamos para o debate sobre cultura africana e afro-brasileira instrumentalizado a partir do ensino de Arte.

Importante frisar que a obrigatoriedade em si não encerra as demandas que reivindicam uma nova postura educativa no tocante aos elementos sobre os quais se fundamentam os discursos identitários de negritude e na forma como os saberes escolares os constituem e legitimam. São questões perpassadas pela memória histórica do povo negro no Brasil e como esta acaba sendo apropriada pelas demais disciplinas, como as artes, que lançam mão desta memória para constituir suas próprias representações do real que acabam por fornecer, por exemplo, os traços das formas e tons estéticos que marcam nossa cultura e que ao serem traduzidos no universo escolar se constituem como elementos marcantes das identidades de modo geral.

Nesse sentido, enquanto instrumento de política educacional, a Lei 10.639/03 é um marco relevante, sobretudo pela sua capacidade de incidir sobre um amplo sistema educacional e pelo seu potencial de transformação cultural, muito mais pelos desafios que estabelece do que o que efetivamente tem se conseguido fazer com ela até agora. Por isso, é preciso reconhecer a importância daquilo que propõe, no tocante a alterar visões de mundo, ressignificar a memória coletiva, criticar mitos e enfrentar preconceitos.

São inúmeros os discursos que consagraram aos povos negros e indígenas um lugar de subalternidade e relevância mínima na formação da nação brasileira, cuja centralidade é dada às narrativas eurocêntricas de cunho civilizatório.

A partir da legislação em questão se propõe uma narrativa histórico-social na qual, negros e indígenas (com o complemento da Lei 11645/08) se colocam em cena na montagem do drama brasileiro, sob perspectiva que ressignifica seu papel e dá-lhes o devido estatuto enquanto agentes históricos, a começar pelo reconhecimento de sua história num mesmo patamar daquele dado aos povos europeus.

Tanto a lei n ° 10639/2003 quanto a Lei 11.645/2008, que determina a obrigatoriedade do estudo das histórias e culturas dos povos indígenas nas escolas brasileiras, propõem novos percursos para sociedade democrática. Exigem medidas para a superação de preconceitos contra negros e indígenas, como também contra os outros marginalizados pela sociedade, entre eles, ciganos, caiçaras, carvoeiros, empobrecidos, homossexuais, idosos, deficientes Finalmente a educação oferecida, da excelência acadêmica produzida, assim como das condições materiais, financeiras, técnicas, humanas para atingi-las (SILVA, 2010, p 39)

Isso passa primeiro pela luta histórica do povo negro no Brasil que nos provoca ao reconhecimento de que a materialidade da definição de raça/etnia/classe, toca as relações sociais e as pedagógicas, estruturando e intermediando o cotidiano de nossa sociedade, tanto de forma coletiva quanto na forma como individualmente subjetivamos nosso lugar no mundo a partir desses elementos sociais. Depois pela busca de fazer da educação uma lente que possa transformar visões de mundo em função da desconstrução e do abandono de preconceitos, por meio da promoção de conhecimentos que possam abolir a ignorância que compromete a dinâmica social e o desenvolvimento individual dos sujeitos, sobretudo daqueles identificados por outrem, como negros. Isso só é possível a partir do estabelecimento de uma rede ampla de comprometimento com essa mudança na qual nós, profissionais da educação, nos munimos das competências epistemológicas e pedagógicas e do comprometimento social com a superação do racismo por meio do nosso ofício, de modo que possamos fazer dele uma prática que promove experiências transformadoras dentro e fora da sala de aula, na promoção de uma educação cidadã em uma escola na qual a cidadania seja tomada como um conceito amplo.

A escola enquanto espaço privilegiado para desenvolvimento de práticas educativas é também pensada em função do disciplinamento de corpos e subjetividades, em torno do qual se elegem os saberes e a forma de conhecer, visando um modelo social específico. Por isso, uma educação e uma escola alinhadas com um projeto de sociedade democrática precisam ser,

antes de tudo, multiculturais; abertas a multiplicidade de vozes que emergem de lugares sociais e experiências culturais específicas, pelos quais precisam passar a legitimação de saberes, a representação de mundo e o estabelecimento de identidades e valores sociais.

Já que o saber é uma questão de poder e identidade, precisamos multiplicar nossa forma de saber, de modo que um número cada vez maior de pessoas se veja representado, sobretudo na forma como o saber é produzido no âmbito das nossas escolas. Sem desconsiderar o poder que ela tem para orientar nossas formas de vida e nossas visões de mundo, é preciso também perceber a escola não apenas como o espaço onde o conhecimento é produzido e transmitido de forma isenta e imparcial, mas que ela o faz a partir de padrões socioculturais específicos; legitimando e reproduzindo concepções, valores e clivagens sociais, construindo sujeitos, seus corpos e identidades, legitimando relações de poder, hierarquias e processos de acumulação de capital simbólico e cultural (FOUCAULT, 1997)

Essa é uma questão que toca diretamente à forma como é desenvolvida a relação de ensino-aprendizagem no âmbito da escola e o papel que tem o currículo escolar como um mecanismo de política cultural, cujo valor no processo de escolarização está para além da seletividade de seus conteúdos.

Por isso não podemos perder de vista que o processo que elege os conteúdos e a forma de conhecer é marcado não apenas pelos discursos que verbaliza, mas também e fundamentalmente pelas questões que silencia. A teoria pós-crítica do currículo chama a atenção sobre “os processos pelos quais, através das relações de poder e controle, nos tornamos aquilo que somos”, demonstrando que “o currículo é uma questão de saber, identidade e poder” (SILVA, 2004, p. 147).

Se considerarmos nesse sentido a articulação entre currículo e sociedade, veremos que a sociedade brasileira ainda cultiva perspectivas e representações a partir das quais a identidade negra sofre o impacto da desqualificação intelectual, o que na prática, gera sentimentos, posicionamentos e ações racistas, discriminatórias e indubitavelmente, muito sofrimento.

Nas nossas escolas, este ainda é um traço muito marcante em torno da negritude. O que ao seu modo produz muita insegurança, motivada pela baixa estima pessoal associada ao pertencimento a um grupo marcado pela desqualificação e estereotipação das pessoas e de seu modo de vida.

Essa educação não produz apenas *corpos dóceis*, mas corpos dóceis e inseguros, que se projetam no mundo a partir de imagens retalhadas e feias de si mesmos. Disso advém

inúmeros problemas educacionais os quais refletem no baixo nível de escolaridade da população negra. Sabemos que este não é um problema gerado apenas pela educação e a escola em si, mas estas o reverberam e reproduzem no contexto de suas políticas identitárias.

Quanto a isso, cabe considerar estudos que apontam para o fato de que alunos/as negros/as enfrentam inúmeras dificuldades para se manterem nas escolas e em função disto detêm o maior índice de evasão escolar (GOMES, 2007). Esta é uma questão que precisa ser encarada de frente por nós educadoras e educadores, pois o enfrentamento ao racismo passa por nossa capacidade de reconhecer o silenciamento da cultura negra na nossa sociedade como um todo e na escola de modo específico. Em função disso, os valores transmitidos pela educação se alinham à tendência de espelhar uma imagem de sociedade na qual a população negra não se enxerga, ou se enxerga sob a ótica da desvalorização cultural e da desigualdade social.

Partindo dessa perspectiva destoante e frente aos problemas causados pelo racismo no âmbito das escolas através de graves atentados aos direitos humanos e à cidadania, buscamos desenvolver ações a partir das atividades de arte-educação no âmbito do Centro Estadual de Ensino Profissional Hélio Xavier de Vasconcelos na cidade de Extremoz – RN. Buscando estabelecer uma relação entre reflexão e prática de ensino, temos feito da pauta do multiculturalismo e do debate sobre negritude o esteio para alicerçar o cotidiano de nossas atividades didático-pedagógicas na referida escola.

Nesse sentido, procurando alinhar a promoção de conhecimentos ao próprio exercício do saber enquanto experiência, temos proposto atividades com objetivo de levar os/as alunos/as a desenvolverem novas experiências quanto às suas identidades étnicas, de modo a se reconhecerem como sujeitos sociais ativos e transformadores.

Compreendendo que as práticas culturais são indissociáveis do modo de vida das comunidades e em um contexto escolar marcado por uma maioria étnica afrodescendente, que não vê de forma positiva esta identidade, nem mesmo consegue vislumbrar a prática e a perpetuação do racismo evidente em seu cotidiano, buscamos promover a valorização da negritude, de modo a sensibilizar os/as alunos/as a se reconhecerem de forma positiva como partícipes da identidade afro-brasileira. Para tanto, procuramos acionar instrumentos didáticos por meio de oficinas pedagógicas que debateram questões voltadas ao enfrentamento ao racismo, negritude, história dos povo negro no Brasil, religiosidade e cultura de modo mais amplo com especial atenção para a arte, as quais buscaram envolver os/as estudantes no debate sobre a formação sócio histórica e cultural brasileira, africanidade, diversidade étnica e

racismo. Lançando mão de atividades práticas no campo das artes visuais trabalhamos com grafismo e fotografia, esta última foi o carro chefe sendo utilizada como instrumento de valorização da estética negra no ambiente escolar.

Dentre as atividades planejadas e discutidas entre a equipe do projeto e o alunado foi realizada a montagem de uma exposição fotográfica inteiramente construída por eles/elas. A exposição que tem por título As Cores de Ébano foi montada como culminância de uma primeira etapa de atividades voltadas à valorização da identidade afrodescendente através da discussão de elementos históricos e culturais da identidade negra de forma a demonstrar para os/as alunos/as que reconhecer-se nesta dimensão identitária é algo extremamente positivo para suas vidas e um aspecto que precisa ser valorizado.

O trabalho tem tido um alcance amplo, pois além das atividades com o grupo específico ligado às disciplinas eletivas que tenho ofertado dentro do currículo escolar que a cada semestre abriga um universo de 40 alunos/as, foram promovidas dentro do projeto, palestras e oficinas de enfrentamento ao racismo em todas as turmas da escola. Isso fez com que o público escolar como um todo tivesse acesso aos debates.

Como culminância de uma primeira fase do projeto montamos uma exposição fotográfica com o envolvimento do de 40 alunos/as da eletiva, um trabalho protagonizado pelos/as alunos/as que foram fotógrafos/as, modelos, produtores/as, diretores/as e curadores/as da obra.

Ainda que o resultado plástico e estético da obra seja de fato admirável, consideramos que o trabalho valeu muito mais pelos elementos subjetivos que não poderiam ser quantificados aqui, pois, se inscrevem numa dimensão da valorização da autoidentidade e do reconhecimento do valor da cultura negra e da própria negritude por parte dos/as alunos/as envolvidos, que foi também selecionado por um edital cultural da Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande Norte, financiando assim a montagem da obra.

Os resultados do projeto são notáveis, sobretudo pelo envolvimento e dedicação dos/as alunos/as de modo dinâmico e construtivo. O trabalho não se encerrou com a exposição fotográfica e continua presente em nossas problematizações profissionais através da pesquisa de mestrado. A partir dele pudemos perceber uma considerável mudança de postura de alguns alunos e alunas frente aos debates propostos e à valorização de sua negritude. Muitos se descobriram negros/as no sentido de dar um nova dimensão ao termo, resguardando-lhe um caráter de positividade e assumindo uma nova relação com a dimensão da estética pessoal e

cultural, na qual os aspectos das culturas afrodescendentes se mostram presentes e valorizados.

Muitos/as já asseveram acerca da própria identidade: “Negra/o sim, negra/o sou” de modo mais espontâneo. Não se trata apenas da narrativa de outrem sobre seu lugar social, mas a construção de um discurso de autoidentificação frente à ancestralidade africana.

Seguimos nossa caminhada sem perder de vista o horizonte que aponta para a necessidade de seguir com os enfrentamentos contra o racismo e contra toda forma de preconceito e discriminação na escola e em nossa sociedade, pois democracia e justiça social são objetivos que requerem de nós ações que promovam a ampliação de direitos sociais e a diminuição do foço social que nos divide em uma luta de classes que fornece direitos e privilégios a uns ao preço de segregação e da opressão de muitos mais.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Amanda Batista. **História da Beleza Negra no Brasil**: discursos, corpos e práticas. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**. Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). Tradução de Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial no contexto brasileiro**: algumas reflexões. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves da. “Estudos Afro-Basileiros: africanidades e cidadania”. In: ABRAMOWICZ, Anete e GOMES, Nilma Lino (org.) **Educação e raça**: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 43.